

DO COLO DA TERRA



MATERIAL DE APOIO



SOBRE O FILME

Do Colo da Terra retrata as infâncias dos povos indígenas Guarani Kaiowá, Guarani Nandeva, Baniwa e Khisetje.

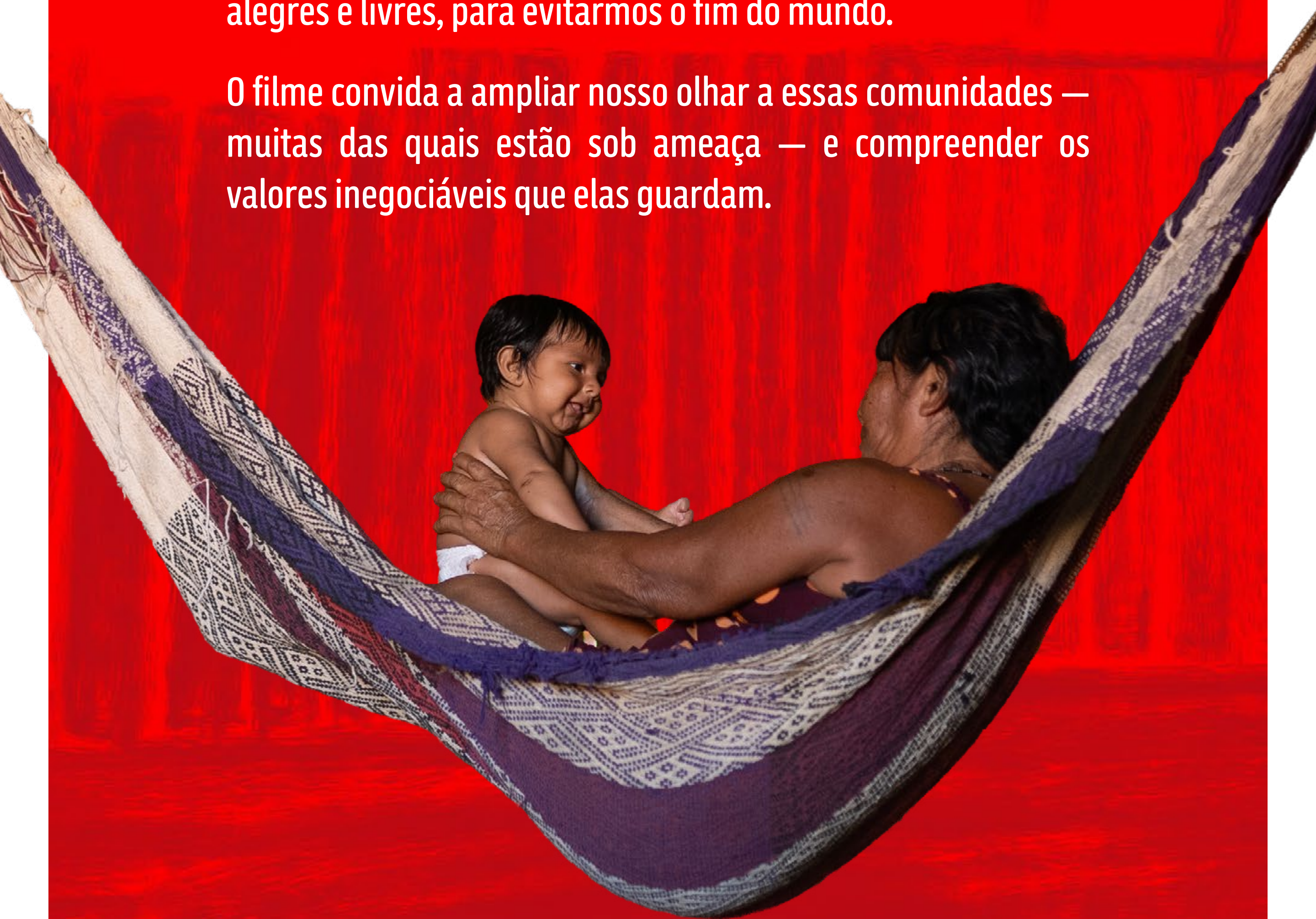
A espiritualidade e a ludicidade orientam o cotidiano, revelando uma forma de viver em que o tempo, o território e os vínculos comunitários têm centralidade.

O filme é um convite a reconhecer que as infâncias, nesses contextos, não são apenas uma etapa de preparação para a vida adulta, mas um momento pleno, em que a criança já é parte ativa da comunidade.

Para esses povos, a natureza tem uma alma, ou almas. E, dentro desse ambiente, estão as crianças que, como cita um Guarani Kaiowá no filme, são a continuidade do mundo, assim como as sementes.

Para ele, crianças e sementes precisam viver em territórios alegres e livres, para evitarmos o fim do mundo.

O filme convida a ampliar nosso olhar a essas comunidades — muitas das quais estão sob ameaça — e compreender os valores inegociáveis que elas guardam.





CONTEXTO DA PRODUÇÃO

A realização do documentário foi marcada pelo trabalho em parceria com comunidades indígenas, respeitando seus saberes e vozes.

A produção contou com a colaboração de educadores, lideranças e famílias indígenas que pensaram em conjunto com os diretores, quais aspectos da infância de seu povo seriam relevantes incluir neste trabalho.

Foi significativo ouvir o quanto desejavam produções que ressaltassem suas qualidades e potências humanas, pois já estavam cansados de serem retratados apenas sob a ótica da escassez e das denúncias.

O filme nasce dessa escuta e dessa coautoria, valorizando a diversidade de modos de ser criança no Brasil.



SINOPSE

“Do Colo da Terra” retrata a infância dos povos indígenas: Guarani Kaiowá, Guarani Nandeva, Baniwa e Khisetje.

A espiritualidade e a ludicidade norteiam o cotidiano, tanto na Terra quanto no céu. Cabe a nós, como humanos, honrar esses princípios.

Organização e redação do Material de apoio

Isabel Taukane, Renata Meirelles, Diana Pallares Silva, Ana Castro e Paula Mendonça

FICHA TÉCNICA

Título Original

Do Colo da Terra

Montagem

Marilia Moraes, edt.

Título em Inglês

Cradled by the Earth

Direção de Fotografia e Câmera

David Vêluz

Duração

75 min.

Som e Trilha

Paulo Brandão e músicas tradicionais

Ano de Finalização

2025

Produção de Campo

Luiz Medina Guarani, Angélica Kaiowá, Kokoyamarati Renan Suyá, Wengrotxi Suyá, Arcenio Maria Hernandes Baniwa, Juvêncio Baniwa, Renata Meirelles e David Vêluz

País de Produção

Brasil

Classificação Indicativa

Livre

Direção

David Vêluz e Renata Meirelles

Produção Executiva

Renata Meirelles

Roteiro

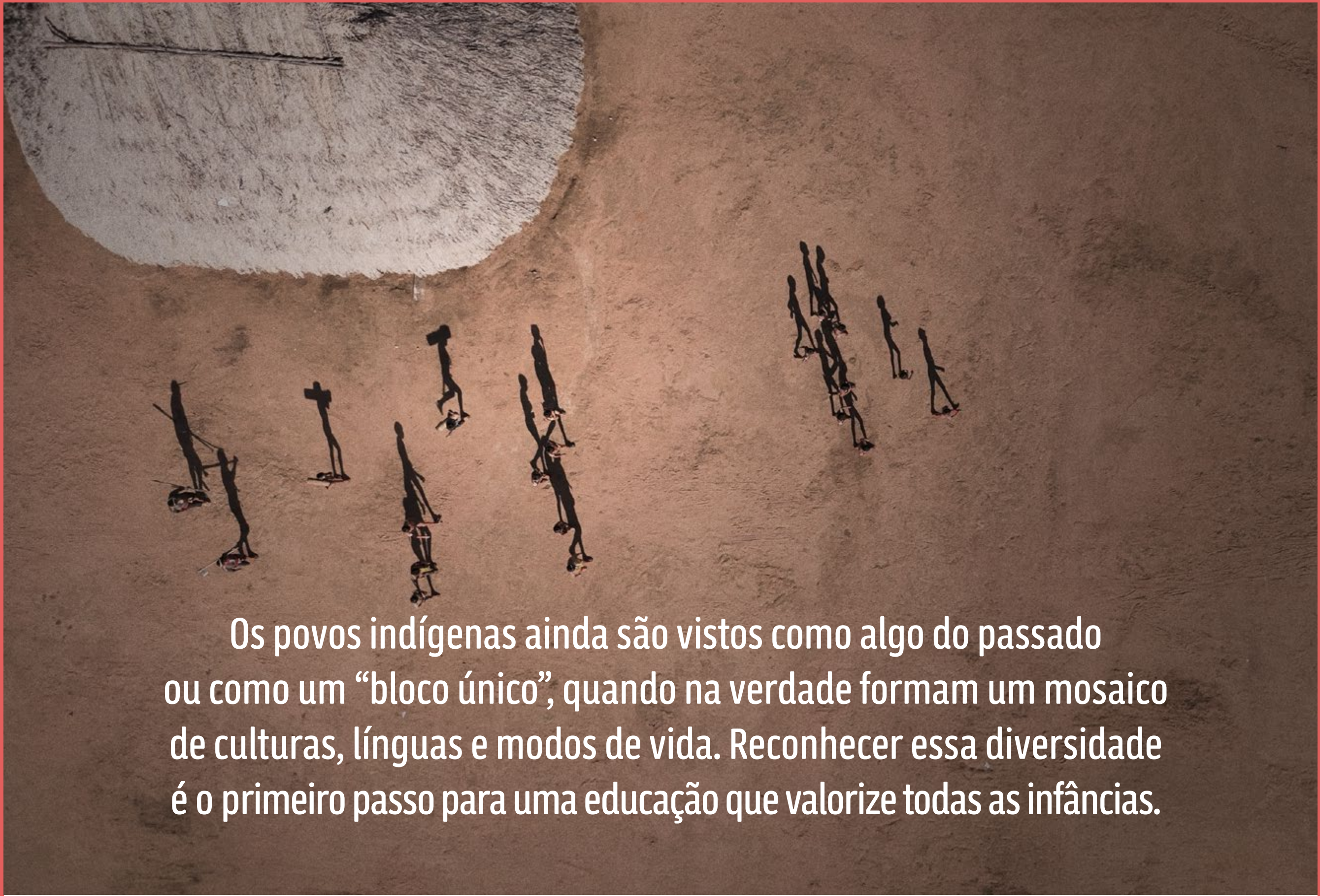
Bea Monteiro e Renata Meirelles

Produtora

Ludus Vídeos e Cultura

An aerial photograph of a traditional indigenous hut with a steeply pitched, thatched roof made of dried palm fronds. The hut is situated on a patch of dark, reddish-brown earth. Surrounding the hut is lush tropical vegetation, including various types of ferns and other green plants. Numerous small, brightly colored birds, possibly parrots or lorikeets, are captured in motion, appearing as blurred streaks of yellow, orange, and red against the green foliage and the dark ground. In the upper right corner, a small, light-colored rectangular object, possibly a trash bin or a small structure, is visible among the trees.

PANORAMA DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL



Os povos indígenas ainda são vistos como algo do passado ou como um “bloco único”, quando na verdade formam um mosaico de culturas, línguas e modos de vida. Reconhecer essa diversidade é o primeiro passo para uma educação que valorize todas as infâncias.

QUEM SÃO OS POVOS INDÍGENAS HOJE?

Segundo o Censo Demográfico de 2022 (IBGE), o Brasil tem 1.693.535 pessoas indígenas, correspondendo a 0,83% da população do país. Esse número representa um crescimento expressivo em relação a 2010, quando havia 896.917 indígenas — um aumento de quase 90%.



POVOS E LÍNGUAS

São pelo menos 305 povos e mais de 274 línguas indígenas faladas no Brasil, segundo o Censo 2022 do IBGE e dados do ISA.



ONDE VIVEM

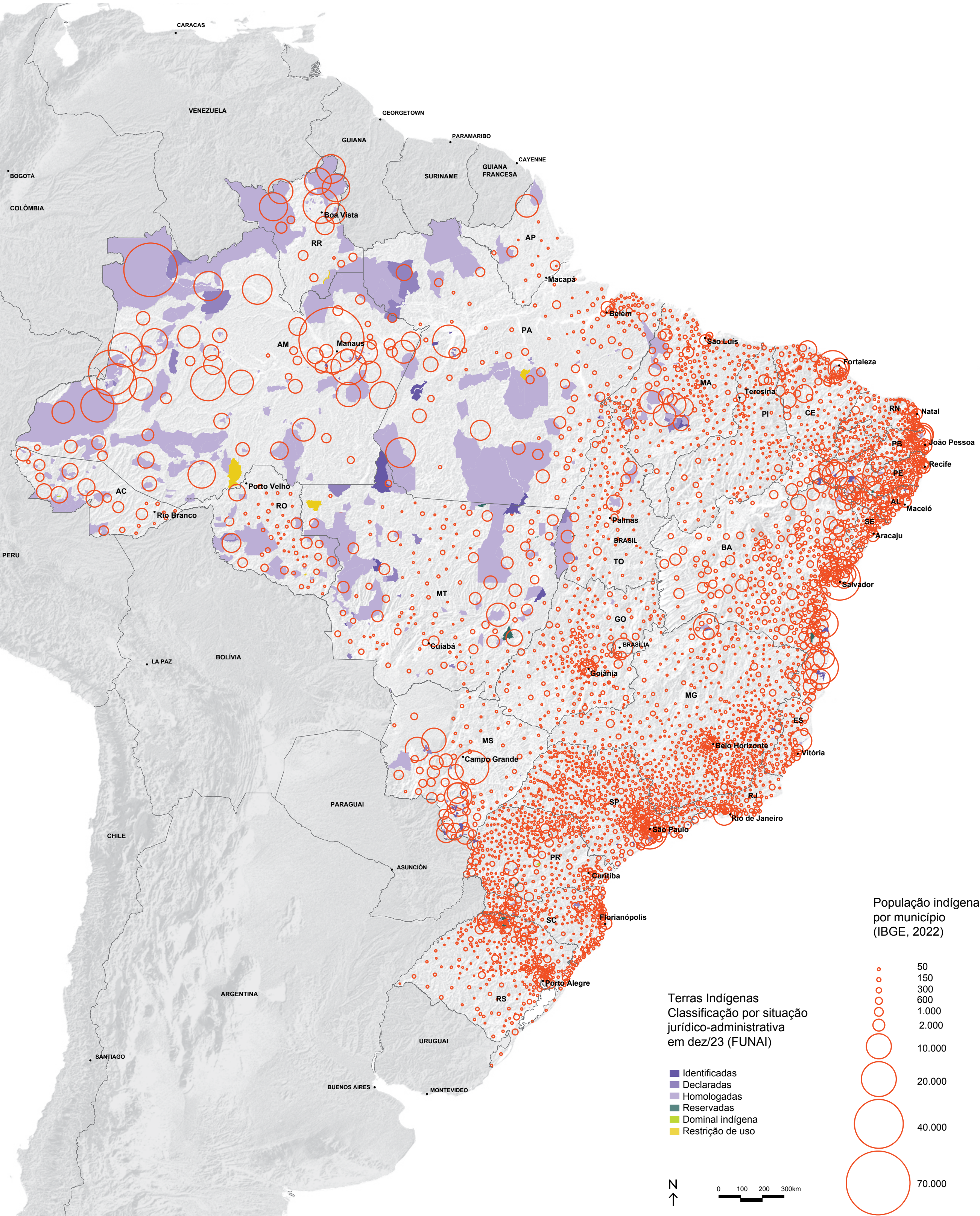
Mais da metade reside em terras indígenas, mas cerca de 324 mil indígenas vivem em cidades, mostrando que a presença indígena também é urbana.



IDADE

Aproximadamente metade da população indígena tem menos de 20 anos. Ou seja, a infância e a juventude são centrais para o futuro dos povos e para o futuro do Brasil.

POPULAÇÃO INDÍGENA E TERRAS RECONHECIDAS NO BRASIL



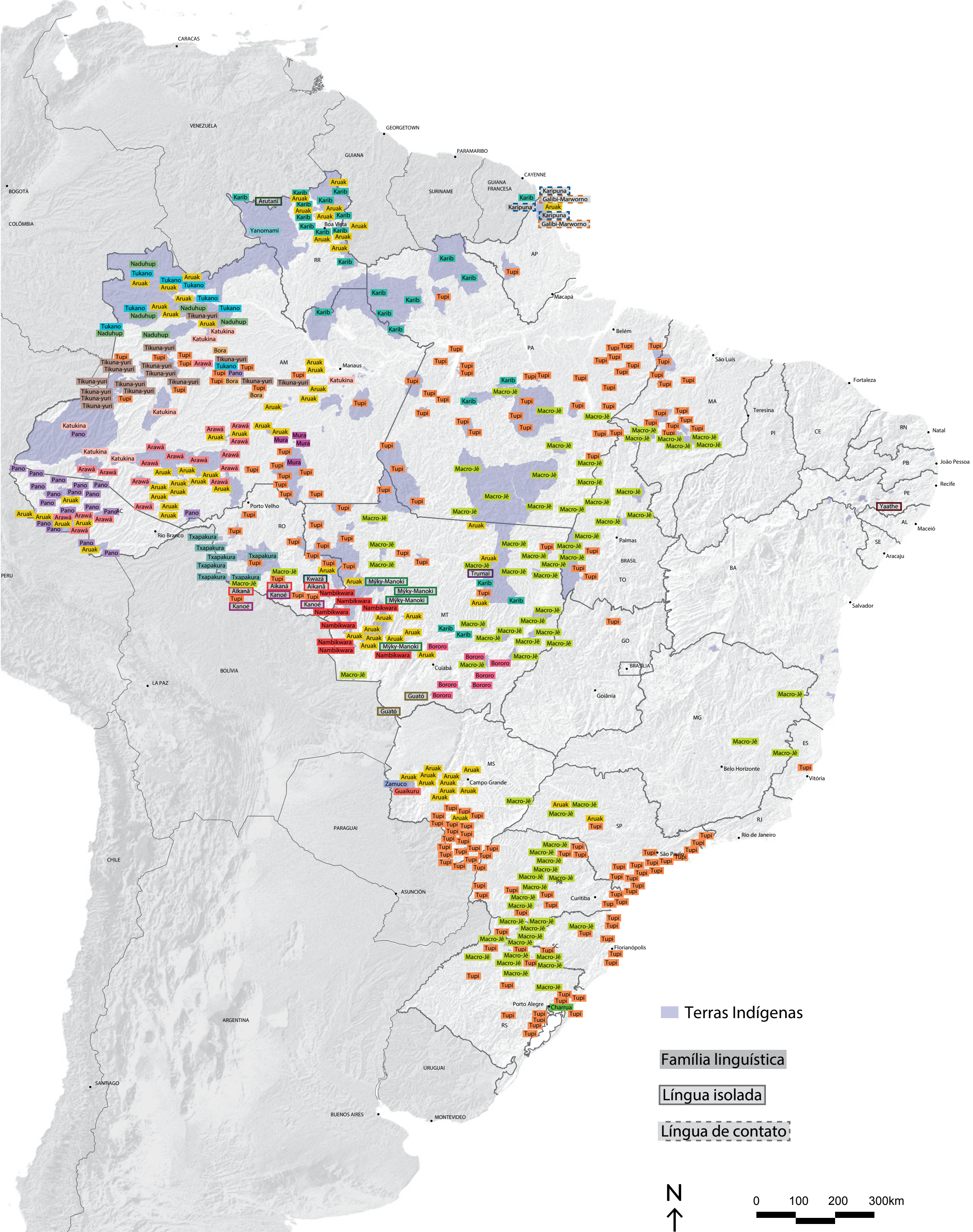
População Indígena e Terras Reconhecidas no Brasil (2023)

Realizado para a exposição "Nhe'e Porã: memória e transformação" do Museu da Língua Portuguesa (São Paulo, Brasil) com curadoria de Daiara Tukano. Desenho de mapa de Bruna Keese.

Fontes

População autodeclarada indígena por situação do domicílio, segundo os municípios Censo 2022, IBGE, Brasil, 2011-2022; Terras Indígenas ISA, 2023; Relevo USGS Global 30 Arc-Second Elevation (GTOPO30) Digital Object Identifier (DOI) number: /10.5066/F7DF6PQS; Fronteiras, limites estaduais e municipais, capitais e cidades IBGE, 2017; Hidrografia ESRI "World Water Bodies", escala não fornecida; Garmin International, Inc. <https://www.arcgis.com/home/item.html?id=e750071279b450cbd510454a80f2e63> 10 ago. 2022

FAMÍLIAS LINGUÍSTICAS FALADAS EM TERRAS INDÍGENAS RECONHECIDAS NO BRASIL

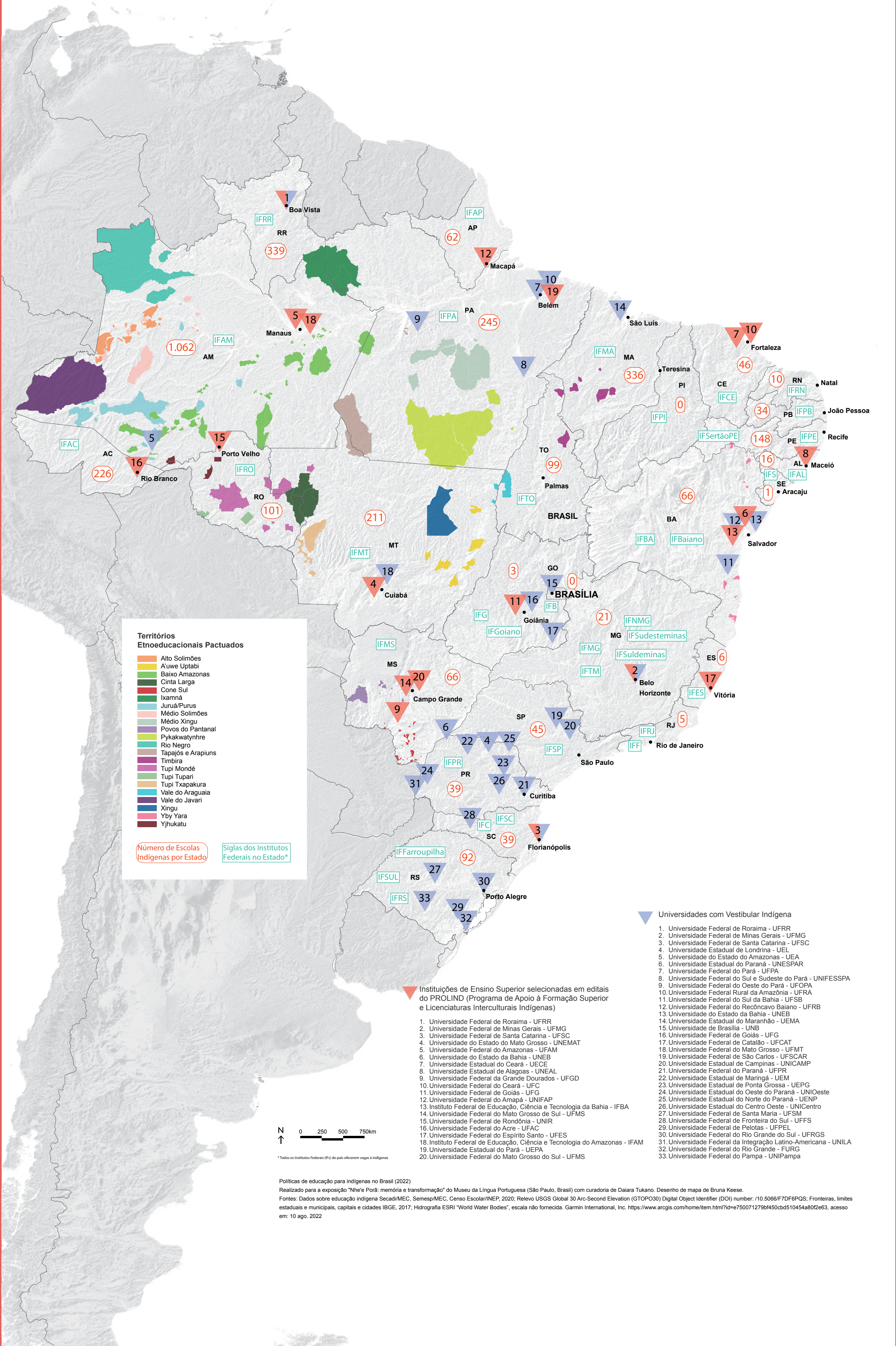


Famílias Linguísticas faladas em Terras Indígenas reconhecidas no Brasil (2022)

Realizado para a exposição "Nhe'e Porã: memória e transformação" do Museu da Língua Portuguesa (São Paulo, Brasil) com curadoria de Daiara Tukano. Desenho de mapa de Bruna Keese.

Fontes
Relevo USGS Global 30 Arc-Second Elevation (GTOPO30) Digital Object Identifier (DOI) number: /10.5066/F7DF6PQS; Terras Indígenas, povos e famílias linguísticas ISA, 2022; Fronteiras, limites estaduais e municipais, capitais e cidades IBGE, 2017; Hidrografia ESRI "World Water Bodies", escala não fornecida; Garmin International, Inc. https://www.arcgis.com/home/item.html?id=e750071279bf450cbd510454a80f2e63 10 ago. 2022

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PARA INDÍGENAS NO BRASIL



Infância e território: duas faces da mesma luta

Para os povos indígenas, não existe separação entre proteger as crianças e proteger os biomas. **Sem terra, floresta e água, não há infância possível.** A luta por territórios é também a luta pela continuidade da vida e da cultura.

Cuidar da terra é, para esses povos, como se suas vidas, tanto materiais quanto espirituais, dependessem disso.

- O desmatamento, o garimpo e a poluição dos rios impactam diretamente a saúde das crianças.
- O racismo e a invisibilidade nas escolas urbanas reforçam exclusões.
- A perda das línguas ameaça a transmissão de saberes ancestrais.

Como lembra Ailton Krenak, “adiar o fim do mundo” depende de cuidarmos dos rios, das florestas e das crianças — porque todas essas vidas estão interligadas.

“

A roça é o lugar divino, por isso que precisa ser cuidada, precisa ser cantada, ser alegre, porque as sementes só gostam de viver onde tem alegria. O milho tem que ser cuidado igual a uma criança, do plantio à colheita, porque ele é vivo, ele tem alma, tem espírito.

Anastácio Peralta

Desafios contemporâneos

Apesar dos avanços da Constituição de 1988 e de políticas públicas como a Lei 11.645/08, as infâncias indígenas ainda enfrentam muitas ameaças:

- Violência contra lideranças e comunidades.
- Desafios no acesso à saúde e educação diferenciada.
- Pressões políticas para reduzir direitos territoriais.
- Estigmatização e preconceito em contextos urbanos.

Você sabia?

- O Brasil é o país com **maior diversidade de povos indígenas** da América do Sul.
- Existem povos que **vivem em isolamento voluntário**, principalmente na Amazônia.
- **Proteger territórios indígenas** é uma das formas mais eficazes de **conservar florestas e combater as mudanças climáticas**.



A photograph of three indigenous boys playing a game in a dusty, open field. The boy on the left is standing and looking up at a bird in flight. The two boys on the right are jumping, reaching up towards the bird. The bird is a small, light-colored bird, possibly a dove, captured in mid-flight. The background is a blurred, natural landscape. The text "INFÂNCIAS INDÍGENAS" is overlaid in the center of the image.

INFÂNCIAS INDÍGENAS



Falar de infância é falar de um modo de estar no mundo. Para muitos povos indígenas, a criança não é apenas um ser em “formação”, mas alguém que já participa ativamente da vida comunitária.

Sua presença é central em rituais, brincadeiras, trabalhos coletivos e aprendizados cotidianos.

“

A roça entende a linguagem da criança, e como a criança tão pequena consegue ajudar. Elas sempre vão estar ajudando, mas em uma ajuda de criança. Do brincar que ela vai fazer algo de verdade, um trabalho de verdade”.

Francy Baniwa

A CRIANÇA COMO PROTAGONISTA

Enquanto na visão ocidental a infância costuma ser vista como preparação para a vida adulta, nas sociedades indígenas a criança é reconhecida como **sujeito de direitos e responsabilidades desde cedo**. Ela aprende observando, imitando, brincando e participando.

- Entre os **Guarani**, por exemplo, existe o conceito de **nhanhembo** é: a infância é tempo de aprendizado espiritual, em que a criança participa das rezas e já contribui para a vida religiosa da comunidade.
- Os **Baniwa** envolvem as crianças em rituais de iniciação e em atividades comunitárias, fortalecendo a identidade e o senso de pertencimento.
- Entre os **Maxakali**, a criança é vista como mediadora entre mundos — sua presença nos rituais conecta a comunidade ao sagrado.
- Nas comunidades **Mbyá-Guarani**, crianças e adultos brincam juntos, numa convivência intergeracional em que o brincar é também forma de transmissão de saberes.

“

Criança é como um pássaro, e a nossa voz é como se fosse um cântico dos pássaros. (Com o ritual do batismo de nome indígena, ou “nome da natureza”) o espírito do pássaro vai (“descer”) e ser a voz da criança. E esse canto é a nossa essência.

Nhandesy Theresa

BRINCAR É COMPREENDER SUA EXISTÊNCIA

O brincar não é um “tempo vazio” ou apenas diversão. É um modo de se vincular com o seu contexto, seus grupos sociais e culturais e, dessa forma, conhecer-se a si próprio.

Nas aldeias, a brincadeira acontece na floresta, no rio, no terreiro, não há espaços ou momentos definidos para isso, nem tão pouco adultos coordenando, vigiando ou hesitando sobre suas habilidades e capacidades motoras.

Há uma confiança na autonomia das crianças. Elas imitam os mais velhos no fazer, no estar junto, lado a lado, em todas as atividades da comunidade — sem separação entre espaços de adultos e de crianças.

Assim, sem necessidade de explicações ou repreensões, os adultos apenas seguem fazendo o que sabem, e as crianças, a seu modo, transformam essa observação e aprendizado em brincadeira.

“Nego Bispo, em “**A terra dá, a terra quer**”, diz: *“Fui criado brincando de fazer o que os mais velhos faziam. Eles passavam o dia no engenho produzindo rapadura, melaço e beneficiando a cana-de-açúcar com tração animal. Nós, crianças, fazíamos a mesma coisa de brincadeira... Brincávamos de ser adultos, de fazer o que os adultos faziam. E assim, aprendíamos a fazer tudo”*.

Uma **corrida de tora**, por exemplo, envolve tanto adultos quanto crianças, e transmite valores como força, coletividade e resistência.

Esse modo de aprender — na prática, pela experiência — difere do modelo escolar tradicional, mas pode inspirar educadores não indígenas a repensar suas práticas: como criar espaços em que aprender e brincar estejam juntos?





A CRIANÇA E A ROÇA



O filme retrata a vivência de uma família Baniwa na roça e faz relações importantes com a educação indígena a partir dessa experiência.

Bem cedo todos os membros da família entram na canoa em direção a roça. Vão calados, olhando ao redor, e durante toda a jornada agem como quem faz isso com frequência. Ninguém pergunta ou explica, apenas sabem o que é para fazer e fazem. As crianças menores constroem um abrigo de palha para o bebê como se já tivessem feito vários outros antes deste, sabem que o calor de 47°C é demasiado para ele. Arrancar as mandiocas, separá-las das manivas e depositar nas cestas de um modo tal que fiquem organizadas para caber uma maior quantidade, é gesto de quem observou muito os outros fazendo e aprendeu silenciosamente. Depois, sentam ao lado do pai e aprendem a fazer um bichinho de talos da planta, e enquanto a mãe segue trabalhando na massa da mandioca, elas pulam da canoa na água em trânsito livre pelo brincar.

A entrevistada **Francy Baniwa** nos lembra da relação de ancestralidade que existe nesses gestos que vemos no filme:

“Essa riqueza do plantio, da técnica, do conhecimento, da oralidade, da memória... Tudo o que você põe na roça é o que você foi ensinado pelas suas avós. Por mais que a sua avó não esteja, mas o conhecimento já foi repassado para você e você vai repassar da sua mãe para os seus filhos, então é uma troca, eu diria milenar. Esses saberes que você vai multiplicando, você vai repassando esses saberes para as futuras gerações.

E ela segue na entrevista relacionando a roça ao Bem Viver:

“Por mais que seja um trabalho muito difícil, porque trabalhar na roça, ser dona de roça, é uma das profissões mais desafiadoras que eu conheço. É suor, é trabalhar com pesar, com o sol e com o cansaço. É um trabalho que requer de fato uma determinação. E mesmo com todos esses desafios, você enxerga esse Bem Viver. Da importância de você ter aquele chão pra fazer a roça e não é qualquer solo. Mas esse conhecimento que as mulheres detêm, ela vem do coração. As nossas mães sempre falam que a roça é como se fosse o nosso coração. É o pilar super importante. Então acho que para mim, como mulher Baniwa, o Bem Viver está centrado nisso”



O BEM VIVER E A CRIANÇA:

O Bem Viver¹ é um modo de vida que se coloca como alternativa à crise civilizatória e ambiental produzida pelo capitalismo e colonialismo. Baseia-se nos processos ancestrais de resistência das comunidades indígenas e constitui alternativa à visão utilitarista e antropocêntrica de desenvolvimento. O tema remete a uma perspectiva biocêntrica, em que a boa vida, o Bem Viver dos seres humanos só é possível se a sobrevivência e a integridade da trama da vida que compõem a natureza estiverem asseguradas.

Para os Baniwa², o Bem Viver se realiza no cotidiano, como resultado de boas ações orientadas por amor - uma ética de cuidado com a Vida, em que há reciprocidade entre pessoas, territórios e todos os seres vivos. **Ailton Krenak (2020)**³ aponta para o conceito de Bem Viver, como concepção que coloca o ser humano como parte da natureza, em relação de parentesco com todas as formas de vida e elementos da Natureza.

“Nós não somos alguém que age de fora. Nós somos corpos que estão dentro dessa biosfera do Planeta Terra. É maravilhoso, porque, ao mesmo tempo em que somos dentro desse organismo, nós podemos pensar junto com ele, ouvir dele, aprender com ele. Então é uma troca mesmo, de verdade. Não é você incidir sobre o corpo da Terra, mas é você estar equalizado com o corpo da Terra, viver, com inteligência, nesse organismo que também é inteligente, fazendo essa dança cósmica.”

¹ ALCÂNTARA, Liliane Cristine Schlemmer; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Bem Viver: uma perspectiva (des)colonial das comunidades indígenas. Rev. Rup., San Pedro de Montes de Oca, v. 7, n. 2, p. 1-31, Dec. 2017. Available from <http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2215-24662017000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: Set. 2025.

² BANIWA, André Fernando. Bem viver e viver bem: segundo o povo Baniwa no noroeste amazônico brasileiro / André Fernando Baniwa; João Jackson Bezerra Vianna, Aline Fonseca Iubel (orgs.). Curitiba: Editora UFPR, 2019. 64 p. (Série Pesquisa, n. 356)

³ KRENAK, Ailton; MAIA, Bruno (org.). Caminhos para a Cultura do Bem Viver. SL: Cultura do Bem Viver, 2020

Cristine Takuá⁴ apresenta a versão guarani do Bem Viver, denominado Tekó Porã como uma concepção filosófica, política e cultural que busca o equilíbrio com a natureza e o respeito entre todos os seres vivos.

“Acreditamos que é uma prática, uma forma de viver a vida em equilíbrio, em respeito com a floresta e com todas as formas de vida, os seres vegetais, animais, minerais. Muitos outros povos também têm em suas línguas a tradução para esse conceito, essa forma de pensar o bem viver e esse modo de vida equilibrado. Para a nossa visão é isso, uma forma de pensar o território e a vida de uma forma equilibrada.”

As crianças trazem, essencialmente, uma relação de parentesco e pertencimento com a natureza. É possível observar a paixão e o profundo interesse com que brincam e aprendem com a água, a terra, as folhas, o vento, a areia, o sol e os bichinhos, enfim, com todos os elementos naturais. Dar às crianças oportunidades de brincar, aprender e se desenvolver, com e na natureza consiste em um direito fundamental, imprescindível para a construção de uma ética do cuidado consigo, com o outro e com o planeta.

⁴ Cristine Takuá: é a floresta viva que nos mantém felizes, com saúde, aptos para continuar essa vida de luta. Prioridade Absoluta. Disponível em: <https://prioridadeabsoluta.org.br/agenda-227/entrevista-cristine-takua-prioridade-absoluta-criancas-indigenas/>. Acesso em: Set. 2025.



INFÂNCIA E O TERRITÓRIO SAGRADO

A infância indígena está profundamente ligada ao território. O espaço da floresta, do rio, da roça, do céu estrelado é também sala de aula. A criança aprende a caçar, pescar, plantar, cantar, rezar — sempre em relação direta com a natureza. Quase tudo ao redor dela é vivo, tem vida, portanto, ela é capaz de perceber os seus movimentos e as redes de conexões existentes entre esses seres e os espíritos que os regem. Como explica **Davi Kopenawa**, em *A Queda do Céu*, as crianças aprendem cedo que a floresta é “casa dos espíritos” e que cada ser vivo tem valor e precisa ser respeitado. Assim, desde o berço, a educação ambiental é vinculada com uma celebração do sagrado

Anastácio Peralta nos conta que, para os Guaraní Kaiowá, enquanto houver o nascimento de crianças e o brotar das sementes de milho branco, é sinal de que os deuses ainda conversam com a humanidade e de que a vida segue pulsando na Terra. Mas as sementes gostam de ser plantadas em solo alegre, e alegrar a terra é tarefa de toda a comunidade. É preciso rezar, cantar e brincar nesses territórios, para que a alma das sementes se sinta bem acolhida. Nesse movimento, a criança é presença essencial: com seu modo espontâneo e leve, ela irriga a terra com alegria e, de alguma forma, adiando o fim do mundo e mantendo viva a continuidade humana.

A indígena estadunidense do Povo Potawatomi, **Robin Wall Kimmerer**, hoje professora de Biologia Ambiental na Universidade de Nova York, um dia pergunta ao seu grupo de alunos:

“O que acham que aconteceria se as pessoas acreditassem nessa noção maluca de que a Terra também as ama?” ... Um aluno resumiu: “Você não prejudicaria o que lhe dá amor”. Saber que você ama a terra muda você, ativa você para defender, proteger e celebrar. Mas quando você sente que a terra também o ama, esse sentimento transforma o relacionamento de uma rua de mão única em um vínculo sagrado”.

A relação sagrada dos territórios, como vemos, é tema comum entre diferentes povos indígenas. As terras não são compreendidas como propriedade, mas como a mãe que acolhe e que precisa ser acolhida, cuidada, preservada. E a criança nasce nesse berço “do colo da mãe terra”, como nos diz **Anastácio Peralta**, e é de direito humano dela, seguir essa conexão divina com aquele espaço, aquele território.



**OLHOS QUE VEEM
O TERRITÓRIO,**



**OUVIDOS QUE ESCUTAM
HISTÓRIAS, CIGARRAS,
CANTOS DE PÁSSAROS**



**PÉS QUE
CORREM NAS
TRILHAS**



**MÃOS QUE PLANTAM
E BRINCAM.**

O QUE PODEMOS APRENDER COM AS INFÂNCIAS INDÍGENAS?

- Valorizar a criança como protagonista, não apenas como aprendiz passivo.
- Reconhecer o brincar como forma legítima de aprendizagem.
- Reintegrar a natureza ao cotidiano educativo através do encantamento por ela.
- Criar espaços de convivência intergeracional nas escolas.
- Confiar na autonomia das crianças e ampliar suas possibilidades de interação com diferentes desafios.



**EDUCAÇÃO
INDÍGENA X EDUCAÇÃO
ESCOLAR INDÍGENA**

A palavra “educação” não tem o mesmo significado quando falamos de povos indígenas. Existe uma diferença profunda entre o que chamamos de **educação indígena** e a chamada **educação escolar indígena**. Entender essa distinção é essencial para educadores que desejam aplicar a Lei 11.645/08 de forma respeitosa e efetiva.

EDUCAÇÃO INDÍGENA

A **educação indígena** é o processo tradicional de formação da pessoa dentro da comunidade. Ela é integral, comunitária e contínua. Não se limita a prédios escolares ou horários fixos: acontece na roça, no rio, nas festas, nos rituais, na vida cotidiana.

- **Aprendizado pela participação:** crianças observam os adultos, imitam e aprendem fazendo.
- **Transmissão oral e ritual:** histórias, mitos, músicas e práticas espirituais são fundamentais.
- **Integralidade:** não há separação entre corpo, mente, espírito, natureza e sociedade.
- **Educação para o coletivo:** formar-se é aprender a viver em harmonia com a comunidade e com a Terra.

Como explica **Bartomeu Melià**, “alfabetizar sem deseducar” é o grande desafio. A escola pode ser uma técnica útil, mas não pode substituir a educação que já existe nos povos indígenas.

Relato de **Rosemilda Sateré Mawé**, indígena do baixo Amazonas, ao assistir ao filme Do Colo da Terra:

“Quando eu era criança, eu aprendia na escola a deixar de ser indígena, a deixar de ser quem eu sou. Aprendi que a minha cultura é inferior, que a minha língua não é uma língua bonita. Fui ensinada a ser quem não sou, a desvalorizar o meu eu. Hoje sou professora para ajudar os meus parentes nessa educação que tanto contribuiu para o nosso apagamento, para o nosso silenciamento enquanto povos indígenas. Desde a colonização, quando aqui chegavam, os colonizadores disseram que nós não tínhamos educação. Porque o nosso modo de ser não é considerado um modo de ser apropriado pela cultura eurocêntrica. Hoje acredito que a escola, que foi um instrumento usado para nos apagar, pode fazer esse caminho inverso. Pode valorizar a nossa cultura, valorizar a nossa língua.”

E esse filme “Do Colo da Terra”, ele nos traz essa reflexão. De onde viemos? Do colo da nossa mãe terra. E como é a nossa educação? Pelo viés de ensinamentos no cotidiano, na vivência, na responsabilidade da comunidade, na valorização da criança, do jovem, do ancião, que é a nossa fonte de sabedoria. Da valorização da planta, nós conversamos com a planta. Na nossa cultura satélite, nós chamamos a roça de centro. Nós não dizemos que vamos à roça. Dizemos que vamos ao centro. Porque é o centro da nossa vida, da nossa vivência. É ali que está toda a alimentação que nutre o nosso corpo, o nosso espírito”.



EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

A **educação escolar indígena** surge da relação com o Estado brasileiro. Ela foi reconhecida como direito pela Constituição de 1988 e deve ser **diferenciada, bilíngue e intercultural**, conforme as demandas de cada povo.

- **Bilíngue:** prioriza a língua materna e inclui o português como segunda língua.
- **Intercultural:** deve dialogar com saberes tradicionais e conhecimentos não indígenas.
- **Específica:** construída de acordo com as necessidades e desejos de cada comunidade.
- **Instrumento de autonomia:** quando respeitada, ajuda a formar lideranças indígenas que transitam entre mundos e lutam por direitos.

No entanto, quando a escola ignora a cultura local e impõe modelos homogêneos, ela se torna instrumento de dominação e apagamento cultural.

EDUCAÇÃO INDÍGENA

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Acontece no cotidiano, rituais, brincadeiras, natureza

Acontece na escola, mas deve dialogar com a vida da comunidade

Oralidade, música, convivência, espiritualidade

Leitura, escrita, bilinguismo, currículo formal

Integral e comunitária

Intercultural e diferenciada

Forma pessoas conectadas ao território e à comunidade

Pode formar lideranças para dialogar com o mundo não indígena

ESCOLAS COMO TERRITÓRIOS DE DIÁLOGO

Muitos povos veem a escola como uma **ponte**: um espaço que deve ajudar as crianças a transitar no mundo dos “brancos” sem perder os saberes de sua própria cultura. Como explica Antonella Tassinari, a escola indígena é também um **projeto de autonomia e resistência cultural**.

Por isso, educadores não indígenas devem ter clareza: quando trabalham conteúdos sobre os povos originários, não estão apenas “ensinando história ou folclore”, mas lidando com formas de conhecimento vivas, complexas e atuais.

A COSMOVISÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL INDÍGENA

Nas sociedades indígenas, não há muros entre a vida e a aprendizagem. **Educar é viver**. A educação está presente em todos os momentos — nas brincadeiras, nos rituais, no trabalho, nas relações com a natureza e com os mais velhos.

Ao contrário do modelo escolar ocidental, que tende a dividir a vida em etapas (infância, juventude, vida adulta) e espaços (sala de aula, casa, trabalho), a educação indígena é **integral, circular e comunitária**.



O QUE SIGNIFICA “EDUCAÇÃO INTEGRAL” PARA OS POVOS INDÍGENAS?

- **Integração entre dimensões da vida:** corpo, espírito, natureza e sociedade não se separam.
- **Conhecimento como experiência:** aprender não é acumular informações, mas viver e sentir.
- **Intergeracionalidade:** todos ensinam e todos aprendem — crianças, jovens, adultos e anciãos.
- **Território como sala de aula:** rios, florestas, céu e terra são mestres que ensinam constantemente.
- **Espiritualidade como fundamento:** saberes e rituais dão sentido e ritmo ao cotidiano.



CONTRASTE COM A VISÃO OCIDENTAL

Enquanto a escola ocidental valoriza conteúdos fragmentados (matemática, história, geografia), para os povos indígenas o aprendizado acontece de forma **integrada**. Plantar uma roça, por exemplo, ensinar matemática (medida do tempo), biologia (ciclos da natureza), história (saberes transmitidos), ética (respeito ao coletivo) e espiritualidade (agradecimento à Terra).

O QUE ESSA VISÃO PODE INSPIRAR NOS EDUCADORES?

- Pensar a escola como espaço de vida, não apenas de transmissão de conteúdos.
- Valorizar aprendizagens fora da sala de aula (hortas, brincadeiras ao ar livre, relação com o entorno da escola, rodas de histórias).
- Reconhecer que educação é também cuidado, espiritualidade e relação com o território.

RODA DE CONVERSA APÓS EXIBIÇÃO DO FILME

Como sugestão, é possível fazer uma roda de conversa aberta sobre o filme, estimulando a participação dos espectadores, em que possam discutir livremente sobre o filme ou sobre temas específicos nele apresentados. Algumas perguntas podem ajudar a disparar o debate:

- O filme despertou alguma impressão, reflexão, sentimento ou emoção? O que mais te tocou?
- Que imagem, som ou palavra ficou ecoando em você?
- O que te surpreendeu? O que estranhou?
- O que você gostaria de perguntar a alguém que aparece no filme?
- Se pudesse escolher uma pessoa para continuar a conversa, quem seria e por quê?
- O que você acha que o filme não mostrou e você queria ver?
- Vocês tinham ideia de que no Brasil existem tantas línguas e culturas diferentes?
- Vocês sabem quais são os povos que habitam o seu município e Estado? O que vocês já sabem sobre eles? Como podemos descobrir mais juntos?
- Que influências das culturas indígenas você reconhece no seu cotidiano (palavras, hábitos, comidas, plantas, conhecimentos, músicas, brincadeiras, lugares)?
- O que é a natureza para você? Como você se relaciona com ela?
- Você gosta de atividades ao ar livre? Já parou para perceber o como se sente quando fica muito tempo emparedado?
- Você já brincou de alguma brincadeira que aparece no filme?
- Qual é a história do seu nome? Quem escolheu? Ele tem um significado especial?
- Como você compreende a força do coletivo? Aonde isso atua em você?
- Quais trechos do filme você conseguiu observar crianças aprendendo a partir da observação e prática com pessoas mais velhas? Quais as suas considerações sobre essa relação?

**A LEI 11.645/08:
HISTÓRIA, LUTAS
E DESAFIOS**

O filme Do Colo da Terra oferece material vivo para o cumprimento e fortalecimento da Lei 11.645/2008 ao acompanhar infâncias, brincadeiras, relações com a natureza, com a comunidade, com a espiritualidade, intergeracionalidade, expressões e modos de ensinar e aprender de quatro povos indígenas. Convoca a escola a promover, de forma transversal, história, cultura, línguas e conhecimentos indígenas em todos os componentes curriculares. Pela Lei 11.645/2008, é direito de todos os estudantes, inclusive os não indígenas, **conhecer ao longo do currículo a riqueza pluriétnica, plurilíngue e multicultural do território em que vivem.** Quando esse direito não é garantido, os próprios estudantes não indígenas são prejudicados: o acesso a conhecimentos, valores e formas de vida dos povos indígenas é direito de todos e condição primordial não apenas para a reparação de injustiças históricas, mas também para o desenvolvimento ético e integral de toda a comunidade escolar, assegurando **oportunidades de aprendizado e convivência com a beleza da diversidade humana, patrimônio vivo e um verdadeiro tesouro do nosso país.**

O QUE É A LEI?

A Lei 11.645/2008 é um marco no campo educacional brasileiro. Ela determina que todas as escolas da educação básica incluam nos currículos o ensino da História e Cultura Indígena e Afro-brasileira. Mais do que uma obrigação legal, a lei tem caráter reparatório: reconhece que, durante séculos, esses povos foram invisibilizados, silenciados ou retratados de forma estereotipada, e afirma a importância de seus saberes, trajetórias e contribuições para a formação do Brasil. Ao propor uma revisão crítica dos currículos, a lei convida educadores a combater estereótipos e a valorizar a diversidade cultural do país. Trata-se de um passo fundamental para construir uma escola plural, inclusiva e comprometida com a reparação histórica.

OBJETIVO DA LEI

Reparar a injustiça curricular decorrente da invisibilidade e do apagamento dos povos originários na constituição da identidade brasileira e de sua importância até os dias atuais. É um passo importante para que todas as escolas da educação básica reconheçam, promovam e valorizem as culturas, histórias e conhecimentos dos diferentes povos indígenas, contribuindo para a construção de uma sociedade antirracista, mais justa e respeitosa com as diferenças e com a sociobiodiversidade. Além disso, a lei é um dispositivo de combate ao racismo, à desinformação e aos preconceitos, rompendo com os silenciamentos das línguas, cosmologias e epistemologias indígenas. É parte fundamental de uma política de reparação histórica e de fortalecimento da democracia brasileira.

ORIGEM NA LUTA SOCIAL

Essa conquista não surgiu de forma isolada, mas como resultado de décadas de **mobilização dos movimentos indígenas e negros.**

- Desde os anos 1970, lideranças denunciavam o apagamento de suas culturas e a imagem folclorizada a que eram reduzidos.
- O Movimento Indígena, inspirado também em experiências latino-americanas e no fortalecimento dos direitos humanos, organizou-se nacionalmente e passou a reivindicar **educação diferenciada, descolonizadora e intercultural.**
- Organizações como o **Conselho Indigenista Missionário (CIMI)**, a **Operação Amazônia Nativa (OPAN)**, a **Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN)** e a **Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)** tiveram papel estratégico nesse processo, apoiando assembleias, encontros e documentos que defendiam uma escola dialogando com as cosmologias e modos de vida indígenas.

A **Constituição Federal de 1988** foi um divisor de águas, garantindo direitos territoriais, culturais e linguísticos aos povos indígenas. Já no início dos anos 2000, políticas afirmativas como a criação da **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI)** e a emergência da chamada “nova história indígena” no campo acadêmico consolidaram o cenário para que a Lei 11.645/08 fosse aprovada.

DESAFIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Apesar de sua importância, a lei ainda enfrenta obstáculos para ser plenamente aplicada. Muitos desses desafios não são apenas técnicos, mas estão ligados àquilo que o sociólogo **Aníbal Quijano** chama de “**colonialidade do poder**”: estruturas e visões de mundo herdadas do período colonial, que continuam a valorizar apenas perspectivas eurocêntricas.

Essas resistências se manifestam em:

- **Formação insuficiente** de professores sobre a lei e seus conteúdos (AYRES, 2022).
- **Livros didáticos e currículos** que ainda reforçam visões homogêneas e eurocentradas.
- **Falta de financiamento dedicado dos municípios**, o que limita a aplicação da lei.
- **Falta de diálogo efetivo** com povos indígenas e suas organizações.
- **Práticas pedagógicas superficiais**, que reduzem a diversidade a algo periférico ou folclórico.

CAMINHOS POSSÍVEIS

Superar esses desafios exige mais do que cumprir a lei: é preciso promover uma transformação profunda na prática pedagógica. Isso passa por:

- Reconhecer a diversidade cultural como parte essencial da cidadania.
- Integrar a temática indígena aos planos de aula e projetos político-pedagógicos.
- Trazer **vozes indígenas** para dentro da escola, seja por meio de autores, filmes, materiais didáticos ou da presença de representantes das comunidades.
- Garantir uma educação contextualizada, com base nas experiências dos territórios, culturas e experiências diversas.
- Criar espaços educativos em que os estudantes aprendam a valorizar diferentes visões de mundo como parte da construção de um Brasil mais justo e respeitoso com a sociodiversidade.

- Reconhecer e integrar os conhecimentos indígenas de forma transversal em todos os componentes curriculares - incluindo suas línguas, cosmologias e espiritualidades - como formas legítimas de produção científica em todas as áreas do saber, como ecologia, biodiversidade, astronomia, matemática, saúde, arquitetura, tecnologias, linguística e outras.
- Reconhecer que os saberes dos povos indígenas são vitais para a manutenção da vida e para o enfrentamento das crises socioambientais e climáticas.



A **Lei 11.645/2008** tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena em todas as escolas, públicas e privadas, da educação básica. Isso significa que o conhecimento sobre os povos originários não é um “extra” ou um “tema opcional”: é parte integrante da formação de cada estudante brasileiro.

O QUE A LEI DETERMINA

- Inserção da **história e cultura dos povos indígenas** no currículo da educação básica.
- Ênfase nas **lutas e direitos dos povos originários**, sua **diversidade cultural e linguística**.
- Abordagem que valorize o protagonismo indígena, e não apenas a visão do colonizador.
- Reconhecer e integrar, de forma transversal, a história, cultura e os conhecimentos indígenas em todos os componentes curriculares e etapas da educação básica.

PRINCIPAIS PONTOS DA LEI 11.645/08

ARTIGO	O QUE DIZ A LEI	O QUE SIGNIFICA NA PRÁTICA
Art. 26-A	A educação básica deve incluir, obrigatoriamente, o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.	O tema não é opcional: precisa estar no currículo de todas as escolas.
§ 1º	O conteúdo deve tratar da luta dos povos indígenas e afro-brasileiros na formação da sociedade, destacando sua cultura, história, conhecimentos, direitos e contribuições.	Mostrar indígenas e afrodescendentes como protagonistas, não apenas vítimas da colonização.
§ 2º	Esses conteúdos devem ser ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, especialmente em História, Artes, Literatura e Geografia .	Professores devem integrar a temática em todos os componentes curriculares, pois a contribuição dos povos indígenas se dá em todas as áreas do conhecimento.
Lei 14.402/22	O calendário escolar deve incluir o Dia 19 de abril – Dia dos Povos Indígenas .	Trabalhar a data de forma crítica, valorizando a diversidade e evitando estereótipos.

COMO APLICAR NA PRÁTICA:

Colocar a Lei 11.645/08 em movimento vai muito além de acrescentar tópicos pontuais sobre povos indígenas e afro-brasileiros nas aulas. O que está em jogo é um compromisso com uma educação decolonial, antirracista e ancestral-contemporânea — uma educação que reconheça as formas de pensar, criar e viver desses povos como saberes vivos, fundamentais para compreender o Brasil e para imaginar futuros possíveis.

Isso significa que aplicar a lei não é “cumprir uma obrigação”, mas transformar a escola em um espaço de diálogo real entre diferentes mundos: a tradição e a inovação, o passado e o presente, o local e o global. Ao reconhecer cosmologias, oralidades, histórias de resistência, artes e literaturas indígenas e afro-brasileiras, damos visibilidade a protagonistas que moldaram — e continuam moldando — o país.

Nesse processo, três dimensões são centrais:

- **Formação docente inicial e continuada:** preparar professores para reconhecer marcas da colonialidade, valorizar a diversidade e trabalhar com saberes tradicionais e contemporâneos. Isso inclui a arte, a oralidade e a literatura indígena contemporânea como ferramentas para enfrentar desafios sociais, ambientais e éticos.
- **Currículo vivo e decolonizado:** incorporar não apenas conteúdos históricos, mas também práticas culturais, expressões artísticas, experiências na natureza e produções intelectuais atuais, que mostram os povos indígenas e afro-brasileiros como sujeitos ativos e criativos no mundo de hoje.
- **Materiais pedagógicos plurais:** garantir livros, filmes, jogos, recursos digitais e artísticos que unam tradição e contemporaneidade, dando voz às diferentes formas de expressão cultural.

Mais do que transmitir informações, trata-se de vivenciar esses saberes na escola. Projetos pedagógicos que envolvam mestres, anciãos, artistas, escritores e jovens lideranças indígenas fortalecem uma educação enraizada na ancestralidade, mas conectada com as linguagens do presente — grafismos, cinema, moda, música, performance, narrativas digitais.

Por fim, **políticas públicas** consistentes e campanhas culturais são indispensáveis para sustentar essa transformação. A lei nos convida a romper com uma visão eurocêntrica que historicamente silenciou essas vozes e a construir uma escola plural, justa e democrática, capaz de valorizar as diferenças e ensinar o bem-viver coletivo que os povos indígenas há séculos nos inspiram.

AÇÃO	O QUE FAZER?
Formação docente decolonial e atualizada	Preparar professores para compreender a colonialidade, valorizar a diversidade e trabalhar saberes tradicionais e contemporâneos como soluções para os desafios atuais.
Currículo decolonizado e ancestral-contemporâneo	Incluir conteúdos e metodologias que mostrem como as cosmologias, ciências, oralidades, história indígena, literatura indígena contemporânea e práticas comunitárias seguem atuais, criativas e transformadoras.
Materiais pedagógicos adequados	Produzir livros e recursos que contemplem tradições, história indígena, conhecimentos, literatura indígena contemporânea, artes urbanas, lutas por direitos e tecnologias sociais.
Projetos pedagógicos com participação comunitária	Abrir a escola ao protagonismo de mestres, anciãos, jovens líderes, artistas, escritores e organizações indígenas e indigenistas, para compartilhar saberes, narrativas e experiências atuais
Educação ancestral como prática viva e atual	Incorporar línguas, músicas, modos de viver, história indígena, literatura indígena contemporânea e arte indígena contemporânea, tais como: grafismos, cinema, poesia, moda performance mostrando sua inovação e relevância hoje.
Políticas públicas consistentes	Garantir recursos financeiros, técnicos e humanos para formação docente, materiais e acompanhamento da aplicação da Lei.
Mudança do imaginário social	Promover campanhas educativas para valorizar as diferenças culturais e reconhecer indígenas e afro-brasileiros como protagonistas que unem tradição, história, literatura e contemporaneidade.

BOAS PRÁTICAS:

A aplicação da Lei 11.645/08 e da visão indígena de educação não é um desafio solitário. Muitas escolas, projetos e comunidades já estão construindo caminhos que podem servir de inspiração.

Exemplos:

- **Hortas escolares** inspiradas em saberes indígenas Escolas urbanas criaram hortas comunitárias conectadas ao aprendizado em Ciências, Matemática e Artes, unindo cuidado com a terra e interdisciplinaridade.
- **Escolas indígenas Guarani em São Paulo**
Desenvolvem currículos próprios, conciliando a língua guarani e o português, e incorporando o conceito de teko porã (“vida boa”), que orienta o bem viver coletivo.
- **Uso de literatura indígena em sala de aula**
Professores vêm trabalhando com obras de autores como **Daniel Munduruku, Eliane Potiguara, Olívio Jekupé e Ailton Krenak**, ampliando repertórios e trazendo vozes indígenas para o cotidiano escolar.
- **Trabalhos escolares desenvolvidos apenas na oralidade.** Tanto o conteúdo, quanto as apresentações e práticas acontecem com o compartilhamento oral. Nada é escrito ou desenhado, mas todos desenvolvem seus conteúdos de forma oral e sentados em roda, onde todos se enxergam.
- **Estudos de observação da natureza.** Grupos que passam horas de frente a uma planta, observando cuidadosamente seus movimentos e mínimos detalhes. Observam o crepúsculo em diferentes épocas do ano em suas tonalidades, forças e diferenças espaciais. Criam hábito de observar em grupo e em diferentes contextos as formas e gestos de seres vivos.
- **Trabalhos manuais:** Fazer trabalhos manuais/artesanato que integrem o ciclo completo desde o buscar a matéria prima na natureza, trabalhar esse material e aprender a fazer o processo completo do objeto como cestos, colares, panelas de cerâmica, cuias, bancos e animais de madeira, etc.

OUTRAS FORMAS DE APLICAÇÃO DA LEI:

1. Rodas de histórias e mitos indígenas

Convidar representantes indígenas da região para compartilhar narrativas orais, ou trabalhar com livros de autoria indígena (como **Daniel Munduruku, Eliane Potiguara, Ailton Krenak, Kamuu Dan Wapichana, Cristine Takuá**, entre outros).

Discutir diferentes mitos de origem do homem na Terra, compreendendo qual é a cosmovisão de cada povo. E refletir sobre sua própria comunidade. Qual é a cosmovisão de sua comunidade? Mais referências: <https://lunetas.com.br/livros-de-autores-indigenas-para-ler-com-criancas-e-jovens/>

2. Educação ambiental com visão indígena

Explorar o território ao redor da escola como espaço educativo: plantar, observar o céu, cuidar da água. Mostrar que proteger a infância é também proteger os biomas.

Ampliar a consciência para a relação entre matéria e espírito, discutindo como tudo está interligado.

Fazer trabalhos manuais/artesanato que integrem o ciclo completo desde o buscar a matéria prima na natureza, trabalhar esse material e aprender a fazer o processo completo do objeto.

3. Uso de línguas indígenas

Aprender palavras, cantos e expressões na língua de um povo local pode ampliar a percepção das crianças sobre diversidade linguística.

Discutir o fato de o Brasil ainda ter hoje mais de 200 línguas indígenas ainda presentes em diferentes territórios e como isso impacta na diversidade de nosso país. Como o respeito por essas culturas pode ampliar nossa perspectiva de um país múltiplo e plural.

4. Projetos interdisciplinares

Trabalhar a Lei 11.645/08 a partir de projetos interdisciplinares é uma forma de acolher essa visão integrada do conhecimento. Quando os temas se conectam entre si e com a vida cotidiana, o aprendizado se torna mais significativo e transformador — para estudantes e professores.

O filme pode ser o ponto de partida para um trabalho profundo, plural e criativo que una diversas áreas do conhecimento. Aqui estão algumas pontes possíveis entre o documentário e o currículo escolar:

EXEMPLOS DE CONEXÕES INTERDISCIPLINARES:

Área	O que pode ser explorado a partir do filme
Geografia	Localização dos povos retratados, biomas brasileiros, relação entre território e cultura. Entender fases da lua, trajetória do sol, as constelações presentes ao longo do ano (registro diário).
História	Resistência indígena, lutas por terra e direitos, narrativas apagadas nos livros escolares. Reconhecer que o campo da arqueologia no Brasil é parte do estudo das Histórias Indígenas. O filme mostra o território Baniwa no bioma da Amazônia. Quais são as características desse bioma? O será que a arqueologia da Amazônia conta sobre o povo brasileiro?
Ciências	Saberes tradicionais sobre plantas, ciclos naturais, alimentação, saúde e clima. Na culinária: limpar e assar um peixe na brasa, aprender sobre os dois tipos básicos de mandioca - mansa e brava- e as dezenas de espécies específicas.
Matemática	Acompanhar e medir o tempo de cultivo de uma roça de mandioca,como no filme. Pode ser uma horta ou vaso (tempo, proporções, volume, porcentagem), contagem de semente, tabelas e gráficos. Geometria: padrões de cestos e tramas presentes no filme e em outros povos (simetrias, sequências).
Língua Portuguesa	Análise de narrativas orais, produção de textos a partir de mitos, leitura de autores indígenas contemporâneos.
Literatura	Ler e escutar autores indígenas de todos os gêneros literários. No filme, aparece a escritora Francy Baniwa, autora de Umbigo do Mundo. Fazer leitura compartilhada de trechos do livro, construir mapas simples dos territórios citados e ilustrações contextualizadas, e finalizar o processo com um pequeno sarau ou zine com produções autorais dos estudantes. Contos, poesias e crônicas indígenas (como Daniel Munduruku, Eliane Potiguara, Olívio Jekupé).

Área	O que pode ser explorado a partir do filme
Artes	Grafismos cerâmicos, pintura, música, dança, produção visual inspirada no filme. Conhecer artistas indígenas contemporâneos como Denilson Baniwa, Daiara Tukano , Jaider Esbell, Carmézia Emiliano, Juliana Xukuru e criar obras autorais inspiradas em seus territórios, memórias e linguagens
Educação Física	Brincadeiras e jogos tradicionais indígenas, corrida de tora, dança circular.
Línguas Indígenas	Introdução a palavras e expressões das línguas dos povos retratados no filme (Guarani, Baniwa, Khisetje).
Outras sugestões	Arquitetura indígena e bioclimática: compreender soluções construtivas de povos originários de diferentes regiões, analisando materiais, conforto térmico, ventilação cruzada, sombreamento e relação com território/biomas - articulando saberes de Ciências, Geografia, Matemática, Artes, História e LP, por exemplo.
Filosofia	Discutir como restaurar uma relação de respeito, responsabilidade, reciprocidade e amor pela terra e pela sociobiodiversidade.

POR QUE PROJETOS INTERDISCIPLINARES?

- Porque conectam **teoria e prática**, tornando o aprendizado mais vivo.
- Porque valorizam a **diversidade de saberes e expressões**.
- Porque permitem que os alunos atuem como **investigadores e criadores**, e não apenas como receptores de conteúdo.
- Porque abrem espaço para o **protagonismo dos povos indígenas** dentro da escola, fortalecendo escuta, presença e reconhecimento.

5. Datas significativas

Trabalhar o **19 de abril** (Dia dos Povos Indígenas) de forma crítica, indo além de estereótipos como cocares de papel. Incluir também outras datas, como o **9 de agosto** (Dia Internacional dos Povos Indígenas).

POR QUE PROJETOS INTERDISCIPLINARES?

- Evitar estereótipos (reduzir indígenas a “índio genérico” com cocar e tanga).
- Respeitar e valorizar a diversidade: são **305 povos e 274 línguas** no Brasil (IBGE 2022).
- Dar protagonismo a vozes indígenas: usar materiais produzidos por eles, convidar lideranças e autores.
- Reconhecer os povos indígenas como sujeitos contemporâneos, que vivem tanto nas aldeias quanto nas cidades. Reconhecer que atuam em todas as áreas do saber e da vida pública - como intelectuais, cientistas, tecnólogos, médicos, psicólogos, jornalistas, cineastas, artistas, educadores, advogados, parlamentares, lideranças comunitárias, entre outros, tal como qualquer cidadão.
- Valorização dos saberes ecológicos e sociais - ancestrais e contemporâneos - dos povos indígenas e comunidades tradicionais, que cocriaram e seguem manejando os biomas que habitamos. Esses saberes são estratégicos para a manutenção da sociobiodiversidade e para o enfrentamento das crises climáticas, com ênfase nos valores e nas tecnologias do Bem Viver e da coletividade, que orientam uma convivência respeitosa entre pessoas, território e demais seres, **reconhecendo a própria natureza como sujeito de direitos**⁵.

Checklist do Educador: Como aplicar a Lei 11.645/08 com respeito?”

- ☒ Consulte fontes indígenas.
- ☒ Evite estereótipos.
- ☒ Mostre a atualidade dos povos.
- ☒ Inclua práticas ligadas ao território.
- ☒ Integre a temática em várias disciplinas.

⁵Países como Equador e Bolívia reconhecem ética e juridicamente a natureza como sujeito de direitos. No Brasil, o conceito está em discussão e tem inspiração em emendas municipais e propostas legislativas. <https://www.nexojornal.com.br/externo/2025/01/07/natureza-meio-ambiente-justica-sujeito-de-acao-edireito>

CHECKLIST PARA APLICAR A LEI 11.645/08 NA ESCOLA

1. Inclua no currículo

- ☐ Planeje conteúdos sobre história e cultura **indígena e afro-brasileira** ao longo do ano.
- ☐ Não trate o tema como extra ou atividade isolada.

2. Valorize o protagonismo

- ☐ Mostre indígenas como sujeitos históricos e contemporâneos, com direitos, lutas e saberes próprios.
- ☐ Utilize livros, filmes e materiais **produzidos por autores indígenas**.

3. Integre várias disciplinas

- ☐ Trabalhe o tema em História, Geografia, Artes, Literatura, Ciências, Língua Portuguesa e outras áreas.
- ☐ Evite reduzir o conteúdo a uma única aula ou data comemorativa.

4. Trabalhe as datas com criticidade

- ☐ **No 19 de abril (Dia dos Povos Indígenas)**, evite estereótipos (cocar de papel, pintura genérica).
- ☐ Inclua também outras datas, como o **9 de agosto (Dia Internacional dos Povos Indígenas)**.

5. Aproxime a escola do território

- ☐ Faça atividades ao ar livre, hortas, rodas de conversa, visitas culturais.
- ☐ Convide representantes indígenas locais para participar da escola.

6. Cuide da linguagem e da abordagem

- ☐ Evite termos e imagens que reforcem preconceitos.
- ☐ Reconheça a diversidade: são mais de **305 povos e 274 línguas** no Brasil.

CONCLUSÃO

O filme Do Colo da Terra nos lembra que proteger as infâncias indígenas é também proteger os territórios, os biomas, os saberes ancestrais e respeitar suas cosmovisões. As crianças nascem em comunidades onde são parte ativa da vida coletiva e onde aprender é inseparável de brincar, cuidar e conviver.

Para os educadores, trazer essa visão para a escola não é apenas atender a uma lei, mas enriquecer a formação de todas as crianças, oferecendo-lhes outros modos de ver e se relacionar com o mundo. Ao incluir a perspectiva indígena, a escola contribui para um presente e um futuro possível, que compreende o vínculo com a natureza como fundamento da formação de cidadãos comprometidos com a sociobiodiversidade, condição da existência da Vida no Planeta.

Este material de apoio é, portanto, um convite:

- a olhar para as infâncias indígenas com respeito e admiração;
- a incluir os saberes indígenas na educação básica de forma transversal, em todas as áreas do conhecimento;
- a construir, junto com as crianças, caminhos de cuidado e pertencimento com a natureza, sua comunidade e seu território.
- a construir uma educação integral que contemple as múltiplas dimensões do estudante: física, emocional, intelectual, social e cultural.



**CONHECER E DIALOGAR
COM O MODO DE VIDA
DOS POVOS INDÍGENAS
É CRIAR PONTES
NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

REFERÊNCIAS PARA PROFESSORES

Como implementar a lei

Saberes Indígenas: Considerações ancestrais para o futuro da Educação Infantil.

Referências de filmes indígenas

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BANIWA, Francy e Francisco. Umbigo do Mundo. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2023

BISPO DOS SANTOS, Antônio. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Editora Ubu, 2023

JECUPÉ, Kaká Werá. O Trovão e o Vento: um caminho de evolução. São Paulo: Polar Editorial, Instituto Arapoty, 2016.

KIMMERER, Robin Wall. A Maravilhosa Trama das Coisas: sabedoria indígena, conhecimento científico e os ensinamentos das plantas. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2023

KOPENAWA, Davi e Albert, Bruce. A Queda do Céu: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SEEGER, Anthony. Por que Cantam os Kisedje: uma antropologia musical de um povo amazônico. São Paulo: Editora Cosac Naif, 2015.

Krenak, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

_____. A vida não é útil. Pesquisa e organização: Rita Carelli. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

PRODUÇÃO



APRESENTADO POR



APOIO



APOIO INSTITUCIONAL



